

# humanitas

Vol. LXIV  
2012

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

reunir toda a bibliografia de relevo sobre Sófocles, verifica-se que ela está aqui bem representada. Anotados foram já alguns livros que mereceriam figurar, assim como o ensaio de Marta Várzeas, *Silêncios no teatro de Sófocles* (Lisboa, Cosmos 2001).

Em conclusão, este volume polícromo, na variedade temática que apresenta de estudos sobre Sófocles, atesta a segurança filológica do seu autor, a sua capacidade de, em matérias como a da solidão dos protagonistas sofoclianos, levar mais longe a exploração de coordenadas da construção de cenários e de personagens, e mostra-se útil também, a partir de Sófocles, para o estudo de outros autores, tanto antigos (Plutarco) como posteriores.

M. C. FIALHO

JOLY, Fábio Duarte, org.: *História e Retórica. Ensaio sobre historiografia antiga* (São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2007) 184 p. ISBN 978-85-98325-55-2.

Nos últimos anos, a historiografia brasileira tem dado um contributo assinalável para o desenvolvimento dos estudos da Antiguidade, como mostra a grande quantidade de trabalhos e de nomes que começam a afirmar-se como referências já de âmbito internacional neste domínio da ciência. O livro que agora recenseamos é evidência desse incremento, que nos parece, aliás, estar em consonância com toda a política de desenvolvimento generalizado, em particular no social e no económico, que o Brasil aparenta viver neste momento.

*História e retórica*, obra colectiva organizada por Fábio Duarte Joly, é apenas um exemplo, que acompanha o interesse que na América em geral se tem verificado pelos Estudos sobre a Antiguidade Clássica. Não é, aliás, por isso mesmo, despidendo verificar que, logo na apresentação, o organizador do volume comece por referir que os principais centros de produção de conhecimento nesta área estejam localizados nos «Estados Unidos e Europa» (*sic*, p. 7), apresentando uma ordem algo contra-natura, dado que, apesar de Património da Humanidade, a Antiguidade Clássica é primeiro do que tudo uma realidade mediterrânea. Mas a enunciação de Fábio D. Joly parece ser sintomática do tempo em que vivemos. De qualquer modo, este interesse tem também como sintoma a procura de supervisão e orientação académica e científica que estudantes brasileiros têm feito

entre nós, com vista à elaboração de dissertações de Mestrado e de teses de Doutoramento. Veja-se ainda a quantidade de trabalhos e de autores brasileiros que são já citados ao longo dos vários artigos que compõem esta colectânea, por exemplo.

O presente livro, apesar de composto por uma série de artigos autonomizados de autoria variada, tem como elemento comum o facto de analisar a historiografia antiga e seus agentes, sob o ponto de vista da utilização da retórica, instrumento sem dúvida criado, pelo menos em termos teóricos, pela cultura clássica.

Assim, Luiz Otávio de Magalhães apresenta um estudo sobre Tucídides, «Tucídides: a inquirição da verdade e a latência do heróico» (pp. 13-44), no qual aborda a importância do conceito de *aletheia* (verdade) e sua relação com a História, naquele que é considerado por muitos como efectivamente o primeiro historiador grego – partem eventualmente do princípio iluminista de que Tucídides é o «instituidor da história científica» (p. 16). Com efeito, esta é uma problemática altamente discutível, célebre para os cultores da mesma, e todavia não a encontramos neste volume. Seria deveras interessante conhecer as razões do organizador para não incluir um artigo sobre Heródoto, aquele a quem Cícero chamou *pater historiae*, e qual a sua posição acerca do problema (apesar de Heródoto ser referido no texto de Luiz O. de Magalhães, o debate não se centra na obra do autor em si mesma). De qualquer modo, Tucídides e a problemática tucidiana parecem-nos bem colocados pelo A., que não ignora a questão da *Poética* e sua importância na articulação dos géneros literários na Antiguidade Clássica. Ainda que, estranhamente, o correspondente manual aristotélico nunca seja citado neste artigo. A relação entre o poeta e o historiador, contudo, é trazida à discussão, sendo que se trata de um tema claramente aristotélico. O A. encontra sobretudo no binómio «cidade-herói» um dos pontos axiais para a sua análise de Tucídides, descortinando a categoria de «herói presciente», a que associa figuras como Temístocles e Péricles, e em que é impossível não perceber a importância – quase omnipresença – da ideia de «herói» na cultura grega, incluindo na historiografia.

A Juliana Bastos Marques cabe estudar Políbio (pp. 45-64). Na verdade, para muitos, depois de Tucídides, Políbio é o segundo grande historiador «científico» dos Gregos. Apesar de, como salienta a A., «Políbio ser certamente o menos conhecido nos tempos atuais» (p. 45) e da influência que supostamente teve nos teóricos da independência americana, no século XVIII. A A. corrobora a ideia corrente de que Políbio é um autor «técnico,

direto, minucioso e metodologicamente complexo», e, além de tudo isso, «cansativo» (p. 45). O que não impede, porém, que seja igualmente um escritor da maior importância e inovador em muitos aspectos. É, por exemplo, o primeiro autor de uma história de carácter verdadeiramente universal. O texto de Juliana Bastos Marques é sobretudo uma introdução à obra de Políbio, em que se sintetizam os vários livros escritos pelo grego e se expõe o essencial do método seguido. Não falta mesmo alguma comparação com o que conhecemos de outros historiadores da Antiguidade Clássica, bem como o essencial da Filosofia da História polibiana, como mostra a citação: «Esse propósito demonstra que Políbio acreditava em um movimento predeterminado na história, numa relação fixa de causa e efeito em que, de acordo com determinadas condições, haveria uma razão lógica para que certos fatos realmente acontecessem.» (p. 54).

Pedro Paulo Abreu Funari e Renata Senna Garraffoni, conhecidos romanistas brasileiros, escrevem sobre «Salústio e a historiografia romana» (pp. 65-76). Este é o primeiro artigo sobre historiografia latina aqui incluído, considerando os AA. que se trata de uma abordagem a um historiador fundamental para a reflexão acerca das continuidades e rupturas entre a historiografia antiga e a moderna. Este é, aliás, um tema que tem aliciado os teóricos da História desde pelo menos o século XIX, em particular os Marxistas. Com efeito, a oposição entre dois blocos sociais, definidos pela *nobilitas* e a *plebs*, parece ser uma das características centrais do «método» deste historiador, como já verificou R. Syme há algum tempo.

Breno Battistin Sebastiani escreve sobre «A política como objeto de estudo: Tito Lívio e o pensamento historiográfico romano do século I a. C.» (pp. 77-96). O A. começa por estabelecer algumas comparações pertinentes entre a historiografia grega, designadamente Heródoto e Tucídides, e Tito Lívio, de modo a que o leitor compreenda de forma mais abrangente as continuidades e as descontinuidades que podem ser detectadas nos escritos deste historiador latino. O método comparatista faz-se com recurso ainda a alguns outros autores latinos, como Cícero, Júlio César e Luceio. Breno Sebastiani passa depois a perspectivar a obra liviana sob o periscópio de alguns conceitos estruturais do pensamento romano, bem como a definir a estrutura em que o texto assenta – descrições e *exempla* político-militares, o que se insere claramente na linha da historiografia retórica. O caso do tratamento da figura de Cipião Africano é apresentado como paradigmático.

Maria Luiza Corassin é a autora de um interessante estudo acerca das *Res gestae diui Augusti* (pp. 97-118). Documento não raramente

secundarizado, as chamadas *Res gestae* são da maior importância para a investigação do «Século de Augusto», uma vez que se trata de um dos documentos que o Príncipe havia selado no ano anterior à sua morte (13 d.C.) e confiado às Vestais, sendo publicado posteriormente sob a forma de inscrição monumental. Apesar de se tratar sobretudo de uma espécie de currículo de Augusto e não de obra de historiografia no sentido clássico do termo, as *res gestae* não deixam de conter uma certa Filosofia da História, que assenta acima de tudo na ideia de «feitos» realizados por um «grande homem», o que aproxima o documento do ideal historiográfico positivista de oitocentos. A A. sintetiza o documento e insere-o de forma adequada no tempo que o produziu, mas curiosamente não enceta esta discussão que, quanto a nós, seria do maior interesse.

A historiografia helenística, em particular a de Flávio Josefo, está aqui representada pelo estudo de Vicente Dobroruka, «Historiografia helenística em roupagem judaica: Flávio Josefo, história e teologia» (pp. 119-136). No seguimento de uma brevíssima síntese do percurso bio-bibliográfico de Josefo, comum a todos os especialistas neste autor, uma vez que se entende a existência, deveras pertinente, de uma relação intrínseca entre a vida do historiador judeu e a natureza dos seus escritos, o A. traz à colação um tema tão interessante quanto o da relação entre o historiador judeu e Tucídides, designadamente a partir do uso do conceito de *stasis* (aparentemente recuperado dos textos hipocráticos, p. 123). Como é evidente, porém, o estudo de Josefo está longe de se esgotar nesta problemática. Trata-se, claro, de um exemplo que permite ir ao centro da questão anunciada pelo título. Mas apenas de um exemplo. O A. aborda ainda as problemáticas apocalípticas, mas o que mais estranhámos é a ausência quase total de citações da obra de L. H. Feldman, deão dos estudos joséficis, que se tem preocupado sobremaneira com a estrutura retórica da obra do historiador judeu.

A uma primeira vista, poderá parecer estranho incluir Séneca num livro dedicado à historiografia e a historiadores da Antiguidade Clássica. Mas é precisamente isso que Fábio Faversoni faz, ao relacionar o filósofo estoíco com Tácito, outro dos maiores de entre os cultores da História em Roma, em «Tácito, Séneca e a historiografia» (pp. 137-146). E, contudo, a estranheza dilui-se quando encetamos a leitura do artigo. Todavia, o que de facto encontramos neste artigo é o estudo de um problema historiográfico concreto – Séneca e a educação política de Nero – e não o de uma temática no âmbito da epistemologia historiográfica. De qualquer modo, são aqui tratadas questões pertinentes para o tema geral do volume, como o uso

de determinadas categorias «históricas» em Tácito e a forma como elas se expressam no *corpus* senequiano: e.g. «mau imperador» *uersus* «bom imperador».

Díon Cássio é o autor estudado por Ana Teresa Marques Gonçalves, em «Imagem, poder e amizade: Dião Cássio e o debate Agripa-Mecenas». O caso do período augustano serve de pretexto para a A. analisar o problema da relação dos historiadores romanos ou do período romano com as ideologias senatoriais, recorrentes neste domínio. O tempo a que a análise diz respeito, porém, é a época severa, precisamente a do historiador que aqui se estuda, ganhando particular relevo o uso do discurso enquanto elemento retórico na historiografia cassiana, a que se junta a problemática dos ineditismos do autor, eventualmente o aspecto em que podemos detectar a maior inovação da historiografia de Díon Cássio.

O último estudo desta colectânea é da autoria de Gilvan Ventura da Silva e dedica-se a «História, verdade e justiça em Amiano Marcelino» (pp. 165-182). A obra de Amiano Marcelino é particularmente importante, uma vez que, ao datar do chamado período baixo imperial, tem como objectivo uma tentativa de compreensão global do Império Romano. Com o factor suplementar de se tratar de uma narrativa histórica que «já tomou consciência, ao menos no seio da elite, de que o Império Romano não se reduz mais a Roma e à Península, englobando uma multiplicidade de povos e culturas distantes» (p. 165). Quando comparada com a de Tácito, por exemplo, a obra de Marcelino é bem mais diversificada e abrangente, por razões várias, entre elas o próprio tempo de produção escrita. Amiano Marcelino é igualmente importante porque permite fazer uma investigação no domínio da *Quellensforschung* do próprio escritor. Mas, tal como acontece com outros autores, é também o problema da *aletheia* que neste autor latino é particularmente relevante, dado que está na base da sua concepção de História e por isso mesmo desperta o interesse do A. do artigo.

O livro possui qualidades científicas indiscutíveis, quer pelos conteúdos estudados quer pela função de divulgação do tema entre a comunidade lusófona. Seria, porém, de grande utilidade incluir índices remissivos finais assim como uma lista bibliográfica conjunta ou dividida pelos vários historiadores/obras estudadas. Igualmente interessante seria encontrar um estudo sobre Plutarco e a sua escrita biográfica, que abordasse o problema do género biográfico enquanto género igualmente historiográfico. Talvez para uma outra oportunidade. Por outro lado, a marcada ausência de autores e de estudos portugueses nas notas e citações revela um longo caminho

ainda a percorrer na interacção das academias e escolas científicas de Portugal e do Brasil.

NUNO S. RODRIGUES

KOIKE, Katsuzo (trad.), *William Heidel. O Livro de Anaximandro. O Mais Antigo Tratado Geográfico Conhecido*, S. Paulo, Ixtlan, 2011, 166 pp. ISBN: 978-85-63869-60-9.

A obra consiste numa tradução de *Anaximander's Book, the Earliest Known Geographical Treatise*, um artigo da autoria de William Heidel, publicado nas *Proceedings of the American Academy of Arts and Sciences*<sup>1</sup>, já no longínquo ano de 1921 (56.7, pp. 239-288). Além da tradução, o A. incluiu também dois preciosos apêndices que evitam a multiplicação de anotações explicativas e permitem manter a numeração original das notas do original, mas simultaneamente enriquecer o texto com o cotejo da bibliografia entretanto publicada<sup>2</sup>; uma nota de apresentação que esclarece o âmbito e objectivos da obra (pp. 7-12); e também uma vasta listagem da bibliografia sobre Anaximandro (pp. 147-166) produzida entre a data do artigo e a desta sua tradução.

Heidel, o autor, foi um classicista americano cuja influência no mundo académico não teve o impacto que talvez merecesse. Especialista em Hecateu, Heródoto e Platão (sobre o qual redigiu a sua dissertação de doutoramento intitulada *Pseudo-Platonica*, apresentada à Universidade de Chicago em 1895), e estudioso de várias áreas dos Estudos Clássicos (Pré-Socráticos, poesia lírica e trágica, medicina entre outras), Heidel leccionou na modesta Universidade de Wesleyan (Middletown, Connecticut). Talvez por isso, nunca conseguiu criar em torno de si um círculo de discípulos que desse continuidade aos seus trabalhos. Em todo o caso, como salienta o A., ‘a qualidade e profundidade dos seus trabalhos são indubitavelmente dignas de respeito’ (p. 8).

---

1 Esta publicação manteve esta designação até 1958. A partir dessa data, e ainda actualmente, continuou activa, mas sob o título *Daedalus*.

2 É o próprio A. que o afirma: ‘Para evitar sobrecarregar a tradução de notas e comentários, foram apresentados dois apêndices, não apenas com o objectivo de manter a numeração original das notas no corpo do texto, mas ainda visando fornecer subsídios para enriquecer e atualizar a discussão do tema’ (pp. 11-12).